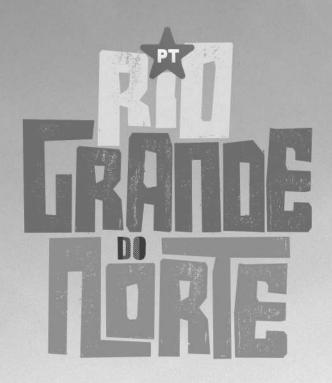
PROGRAMA DE GOVERNO 2023-2026



FÁTIMA WALTER VICE

COLIGAÇÃO O MELHOR VAI COMEÇAR



APRESENTAÇÃO

O Programa de Governo 2023-2026, que apresentamos a seguir, foi construído fundamentalmente a partir do conhecimento adquirido em três anos e sete meses de gestão, no honroso desafio à frente do executivo do Estado do Rio Grande do Norte. Nesse período, pudemos debater com a sociedade potiguar sobre este projeto de reconstrução e transformação em curso desde 2019, quando quebramos paradigmas no modo de governar, dando lugar a uma relação transparente e de permanente diálogo do Estado com os representantes dos mais diversos segmentos sociais, da economia e da sociedade em geral.

Com o trabalho de uma equipe eficiente, movida pela responsabilidade e pelo espírito público, conseguimos passar de um governo em estado de falência a um governo com contas equilibradas, salários em dia, políticas sociais recuperadas, em plena retomada de sua capacidade de investimento e de resgate da credibilidade junto aos diversos setores da sociedade, com destaque para os trabalhadores e o setor produtivo, dentro e fora do estado.

Estamos arrumando a casa, e isso nos dá a certeza de que podemos fazer muito mais. Por isso, renovamos a esperança e a confiança em dias cada vez melhores para o povo potiguar.



A partir de 2023, poderemos avançar com maior velocidade e em melhores condições, mantendo o nosso perfil de governo democrático e popular, reafirmando o nosso compromisso de governar para todos e todas, sempre com o olhar especial para os que mais precisam.

A geração de emprego e renda, o combate à fome, a ampliação e o fortalecimento das políticas sociais continuarão sendo imperiosos no nosso governo. Com Lula presidente, teremos uma parceria consistente e comprometida com o desenvolvimento sustentável do nosso Estado. O presidente Lula será um aliado de confiança e em permanente sintonia com nossos planos para o Rio Grande do Norte.

Com essa perspectiva de fazer sempre mais e melhor, sempre escutamos atentamente as pessoas sobre os seus anseios e necessidades, sobre como nossa gestão impacta suas vidas, seus negócios, sua família e sua comunidade, e, principalmente, seus planos para o futuro. Um futuro que já começou, pois são muitos os avanços que apresentamos também num breve balanço neste documento.

Nesses três anos e sete meses de governo, ouvimos as vozes representativas dos trabalhadores, dos empresários, dos servidores, das academias, movimentos sociais, de pessoas comuns, que sempre nos deram valiosas contribuições para aprimorar nosso projeto. Na construção deste Programa de Governo, agradecemos também a participação do PT, do PCdoB e do PV, que integram a Federação Brasil da Esperança, dos demais partidos que colaboraram conosco e de todos os cidadãos e cidadãs que se somam a essa nova etapa da caminhada na reconstrução e transformação do Rio Grande do Norte, e que acreditam na consolidação do nosso projeto de desenvolvimento.

Conclamamos a todos e todas para, ao longo da campanha, fazerem suas contribuições e serem partícipes das políticas públicas que estarão no nosso Plano Plurianual (PPA).

Se com tantas dificuldades e em meio à pandemia da Covid-19, que nos impôs tantos desafios, conseguimos avançar, imaginem com Lula. Vamos juntos manter o Rio Grande do Norte no rumo certo.

O melhor vai começar!

Fátima Bezerra, Professora, Governadora do Rio Grande do Norte 2019-2022 e candidata à reeleição para o período 2023-2026



BREVE BALANÇO DA NOSSA GESTÃO 2019-2022

O legado que nos motiva a seguir, reconstruindo e transformando o Rio Grande do Norte nos próximos quatro anos está alicerçado num novo modo de governar. Trata-se de um estilo de gestão que prioriza o diálogo e a transparência, fortalecendo a participação da sociedade e que conseguiu colocar o Rio Grande do Norte nos trilhos. Com trabalho árduo e racionalização da despesa pública, e mesmo enfrentando a maior crise sanitária da história, recuperamos a capacidade de investimento, que já ultrapassa a marca de R\$ 1 bilhão em recursos próprios.

O cenário encontrado em janeiro de 2019 era devastador, após a saída de uma gestão negligente e descomprometida com os princípios da Administração Pública. Para começar a arrumar a casa e criar as condições para organizar as contas, constituímos o Comitê de Gestão e Eficiência (CGE) e estabelecemos uma relação dialógica com todos os setores da sociedade, unindo forças para o resgate do nosso Estado.

A administração estadual, alicerçada por uma equipe de perfil técnico, eficiente e com sensibilidade social, trabalhou em várias frentes. Revisamos contratos e realizamos auditorias que foram fundamentais para combater o desperdício de recursos. Trouxemos o Orçamento do estado para o patamar da realidade, evidenciando o déficit orçamentário das contas públicas do estado nos projetos de leis orçamentárias encaminhadas para a Assembleia Legislativa.

Como resultado desse esforço, conseguimos estabelecer o calendário de pagamentos de salários e, em maio de 2022, quitamos a última parcela das quatro folhas atrasadas, que somaram R\$ 1 bilhão. Toda negociação foi feita com diálogo permanente e transparência junto ao Fórum dos Servidores. Nossa atuação foi marcada pela realização dos concursos públicos, reestruturações das carreiras e reajustes salariais das categorias, muitas das quais estavam há mais de 10 anos com seus vencimentos congelados.

Herdamos, também, mais de R\$ 1,6 bilhão em dívidas com fornecedores e instituições financeiras. Assumimos com nossos fornecedores o compromisso de liquidar dívidas acumuladas. Honrando a palavra empenhada, com transparência e boa-fé, resgatamos a confiabilidade de todos e agora temos um estado de equilíbrio no Rio Grande do Norte.

Imprimimos uma nova forma de fazer gestão pública. A estratégia adotada foi aliar uma agenda de ajuste fiscal comprometida com a inclusão social, para que as despesas do estado coubessem dentro das suas receitas, com uma agenda de desenvolvimento que devolvesse a competitividade do Rio Grande do Norte em relação aos seus estados vizinhos.

Neste sentido, várias foram as iniciativas para maximizar a captação de receitas correntes e extraordinárias. Criamos a Nota Potiguar, uma campanha de educação fiscal para conscientizar a população sobre a importância dos tributos para a sociedade e, consequentemente, fomentar a cultura cidadã na população, consubstanciada na exigência da emissão de notas fiscais em suas aquisições no comércio e serviços.



Investimos no aprimoramento da capacidade arrecadatória do estado para fortalecer o combate à sonegação fiscal e, consequentemente, aumentamos a arrecadação, inclusive avançando na recuperação da Dívida Ativa, chegando a um montante de mais de R\$ 190 milhões nos três primeiros anos da nossa gestão. Esse esforço contribuiu para melhorar o atendimento nas áreas essenciais.

Realizamos o maior programa de refinanciamento de débitos tributários da história do Rio Grande do Norte que, além de amenizar os impactos nefastos da pandemia na economia do estado, ainda proporcionou aumento de arrecadação, viabilizando mais uma fonte de receita extraordinária para o pagamento dos salários atrasados. Beneficiamos, com o Super Refis, mais de 43 mil contribuintes, que renegociaram mais de R\$ 500 milhões em dívidas.

Essas agendas propiciaram o incremento das receitas e o controle das despesas, gerando o superávit orçamentário no estado após vários anos seguidos de déficit das contas públicas.

Mesmo antes de tomar posse, asseguramos a prorrogação por mais 22 meses do prazo do acordo de empréstimo com o Banco Mundial por meio do Projeto Governo Cidadão. Destravamos os problemas de execução dos contratos vigentes para cumprir plenamente a sua finalidade de beneficiar a população potiguar. Os resultados se apresentam de maneira extraordinária em todas as regiões do Rio Grande do Norte e pudemos garantir a conclusão de obras essenciais, muitas das quais constantes neste balanço.

No contexto da agenda desenvolvimentista, implantamos medidas de caráter estruturante em todos os setores da economia do RN. Fizemos uma ampla revisão da política tributária do estado para romper com o ciclo vicioso de perda de investimentos, que já durava mais de uma década. Dentre essas medidas, a principal delas foi a criação do Programa de Estímulo do Desenvolvimento Industrial (PROEDI), que já beneficia 217 empresas e gera cerca de 28 mil empregos. Também destacamos outros regimes especiais para a área de comércio e serviços, como a revisão do regime especial de atacadistas, a criação do regime de centro de distribuição, a retirada de produtos da substituição tributária como vinhos e autopeças, a isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) do diesel para empresas prestadoras de serviço urbano de transportes de passageiros, e a revisão da concessão de benefício da redução de ICMS do querosene de aviação com o estabelecimento de metas de crescimento de voos pelas companhias aéreas.

Nossas ações são articuladas e realizadas a partir do constante diálogo com o setor empresarial, que desempenha um papel fundamental e de parceria na promoção do desenvolvimento sustentável para o estado. No programa Mais RN, núcleo de pensamento e planejamento estratégico contínuo da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), atuamos em colaboração por meio de diversas secretarias e órgãos do estado.

Também com participação ativa do segmento empresarial, de representantes do empreendedorismo, da academia, entre outros atores, criamos os marcos legais para viabilizar o desenvolvimento econômico



sustentável e geração de emprego e renda, a exemplo da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e da Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), que organiza o sistema e define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no nosso estado.

A nossa gestão criou um ambiente favorável aos negócios, com segurança jurídica e celeridade do licenciamento ambiental. Destacamos aqui a criação da Central de Serviços Online do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) e a emissão de mais de 10 mil licenças ambientais para empreendimentos que estão iniciando ou ampliando investimentos no estado.

Em 2021, por exemplo, conseguimos assegurar R\$ 13 bilhões em novos investimentos na geração de energia renovável, em especial as energias eólica e solar. Até 2026, serão R\$ 45 bilhões em investimentos, que devem gerar 33 mil empregos durante a implantação e mais de 3 mil na operação. Além disso, estamos avançando na diversificação da nossa matriz energética com a inserção de novas fontes de geração de energia, como hídrica, biomassa e gás natural, tornando o estado referência no Brasil e no mundo na geração de energia renovável e na transição energética para uma economia de baixo carbono.

O RN continua liderando o ranking de produção de energia eólica onshore, em terra, do Brasil, com 6,7 Gigawatts (GW), e tem potencial no offshore para produzir 140 GW, o equivalente a 10 Itaipus (segunda maior usina hidrelétrica do mundo). Daí a importância da instalação do novo Porto-Indústria Verde, que irá atender o setor Eólico offshore e a produção, armazenamento e exportação de hidrogênio verde e amônia verde. Isso tornará o RN pioneiro no segmento.

Com a retomada da exploração dos campos de petróleo, voltamos a ser líder na extração em terra no Brasil. Desde que as empresas independentes chegaram na Bacia Potiguar, em dezembro de 2019, elas já investiram R\$ 1,5 bilhão na recuperação dos poços. A produção cresceu 179,5% entre dezembro de 2019 e março de 2022. Passou de 7.305 boe/d para 20.424 boe/d, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

No início de 2022, em movimento contrário ao cenário nacional e internacional, o Estado do Rio Grande do Norte, através da sua concessionária de gás natural, conseguiu ofertar um gás cerca de 10% mais barato do que o oferecido em outros estados, sendo 90% produzido através dos campos em terra no nosso estado.

Esse resultado foi possível em função de uma política de apoio governamental aos novos investidores no setor Petróleo e Gás do RN, bem como, pela decisão da concessionária de gás estadual em investir na Chamada Pública para aquisição de suprimento no ano de 2021, incluindo como um dos critérios decisórios do certame, aquela supridora que estrategicamente se posicionasse em favor do desenvolvimento regional.



Com objetivo de ampliar o mercado de gás no Rio Grande do Norte, sancionamos no início de julho de 2022 o novo marco regulatório para a utilização de gás natural (Lei Estadual n.º 11.190). Esse marco regulatório consolidou o novo mercado de gás natural e o fim do monopólio, trazendo mais investimentos e promovendo o desenvolvimento econômico para o nosso estado, gerando mais empregos e melhoria da renda da população. Esse é o futuro que já começou.

Nossos desafios para arrumar a casa eram muitos em todos os setores, e ainda seríamos surpreendidos pela pandemia da COVID-19 a partir de março de 2020, o que nos colocou numa conjuntura ainda mais adversa.

Para enfrentar a pandemia, tomamos uma decisão crucial que se mostrou acertada. Ao invés de instalar hospitais de campanha, investimos na abertura regionalizada de leitos através de nossos hospitais, fortalecendo o Sistema Único de Saúde (SUS) no RN. Foram empenhados R\$ 297,6 milhões para fortalecer a rede estadual de saúde. Implantamos mais de 850 leitos para COVID-19, dos quais 431 eram Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). No auge da pandemia, tivemos 1.297 leitos disponíveis nos hospitais próprios e conveniados. Ainda como reforço à rede pública de saúde, contratamos mais de 5,5 mil profissionais e efetivamos mais de 2,8 mil. Com esse esforço, salvamos 16.497 vidas.

A regionalização de abertura de leitos mudou radicalmente a realidade de diversos hospitais: No Tarcísio Maia, em Mossoró, havia apenas 9 leitos de TI, e nós abrimos 20. Em Assu, por exemplo, não havia UTI, e agora há 10 leitos de UTI permanentes. Em Pau dos Ferros, o Hospital Regional Dr Cleodon Carlos de Andrade já não encaminha praticamente nenhum paciente da região, já que passou a resolver praticamente todos os problemas de saúde de urgência e emergência da região, pois agora conta com uma das melhores UTIs do estado, leitos de retaguarda e equipe qualificada.

Todos os hospitais regionais passaram a dar respostas aos municípios da região, fruto do investimento em equipamentos, recursos humanos e capacitações. Em Natal, reformamos e ampliamos os hospitais públicos João Machado, para maior oferta de leitos de UTI e de enfermaria, com vistas a dar conta das filas de pacientes que precisavam ser internados após primeiros atendimentos nos grandes hospitais da rede. O Hospital Maria Alice Fernandes estava sem UTI desde 2018 e ganhou 10 leitos pediátricos dessa categoria, que atenderam, inclusive, a pacientes com COVID-19 durante a pandemia.

Fizemos também investimentos para aumentar a nossa capacidade diagnóstica com a renovação ou instalação de equipamento para Raio-X em toda a rede, e também melhoramos o serviço de ultrassonografia. Instalamos o tomógrafo no Hospital Regional Telecila Freitas de Fontes, em Caicó, que estava há anos encaixotado. Também compramos tomógrafos para os hospitais regionais Dr. Cleodon Carlos de Andrade, em Pau dos Ferros; Doutor Deoclécio Marques de Lucena, em Parnamirim, e para o Hospital Giselda Trigueiro, em Natal. Ainda recuperamos o tomógrafo do hospital Walfredo Gurgel, em Natal, que estava há meses sem funcionar quando assumimos o governo.

Construímos e colocamos em prática projetos que trazem mais saúde para a população, como o projeto



RN Mais Coração e o Transplante Cardíaco.

Implantamos a Política de Regulação do estado a partir da adoção de um sistema transparente e que trouxe equidade e justiça social para a população do Rio Grande do Norte: o REGULA-RN, durante a pandemia da Covid-19, tem sido exemplo para o todo o país, pois consegue ser uma ferramenta que norteia a gestão dos leitos, ajudando a salvar até 5 de agosto de 2022 um total de 16.542 vidas em leitos de Covid e 4.068 em leitos gerais. O REGULA-RN está se espalhando por todo o sistema de saúde, de forma a acelerar o acesso de todos que precisam de leitos, seja de enfermaria ou de UTI, de exames ou mesmo de procedimentos contínuos muito comuns em pessoas que sofrem de doenças crônicas.

Trabalhamos, por meio do nosso Plano Estadual de Vacinação, para garantir imunização contra a COVID-19 a toda a população, de forma eficiente e célere. Até o momento, vacinamos cerca de 3 milhões de pessoas com a primeira dose (o equivalente a 94% da população, em geral); e 86% pessoas com a segunda dose. Já alcançamos a cobertura de 53% na primeira dose de reforço, e de 16% na segunda dosagem.

Foi uma gestão de combate à pandemia pautada pelo atendimento humanizado e responsável, com vistas a cuidar da saúde e preservar vidas. Seguimos os preceitos da ciência e os protocolos e medidas sanitárias que se faziam necessárias.

Em Mossoró, reativamos o Hospital da Polícia Militar e estamos concluindo o Hospital da Mulher Parteira Maria Correia, um equipamento que somará 163 leitos à nossa rede e será referência para as três regiões de saúde mais afastadas da capital. Parte do Governo Cidadão, a obra estava apenas 20% realizada em dezembro de 2018. Investimento de R\$ 124 milhões em obras e equipamentos, o Hospital da Mulher será um hospital-escola e ficará pronto em outubro, sendo que em dezembro poderemos iniciar o atendimento ambulatorial, levando atendimento de especialistas na área da saúde da mulher, aos quais essa região ainda não tinha acesso. Em 2023, o funcionamento do Hospital da Mulher estará completo.

Quando assumimos o governo, a realização de cirurgias eletivas não era regulada, havia quase 20 mil pessoas na fila de espera, e, a cada dia, novos pacientes precisavam de cirurgias. Para enfrentar essa problemática, implementamos o programa Mais Cirurgias, Mais Saúde, que realizou 18 mil cirurgias eletivas em 19 unidades hospitalares de Natal e do interior. Estamos investindo mais R\$ 50 milhões no programa e incluindo mais cidades em parceria com os municípios, como Alexandria (Hospital Maternidade Guiomar Fernandes), Almino Afonso (Hospital Maternidade Abel Belarmino Amorim) e Portalegre (Hospital Maternidade Dr. Antônio Martins).

Implantamos a base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em Patu, para atender a 70 mil moradores de 11 municípios do Médio Oeste.

Investimos fortemente na valorização do nosso trabalhador, exemplo disso foi a reestruturação do PCCR dos trabalhadores da saúde e a publicação da Política de Educação Permanente do SUS/RN.



Institucionalizamos a Política Estadual de Promoção da Saúde por meio do Programa RN Mais Saudável, e qualificamos como nunca a Vigilância em Saúde com ações como a criação dos Núcleos Regionais de Vigilância em Saúde (NUREVS) nas Unidades Regionais de Saúde.

Aprovamos a Lei Estadual dos Consórcios Interfederativos em Saúde (CIS) e concluímos os instrumentos normativos dos CIS na 1ª, 4ª, 6ª e 8ª regiões de saúde com previsão de funcionamento ainda neste semestre, da policlínica de Caicó, que trará maior oferta de consultas e exames especializados aos cidadãos seridoenses.

O apoio ao crédito também foi fundamental para amenizar os efeitos da pandemia na população potiguar. Durante esse período, disponibilizamos mais de R\$ 101,5 milhões por meio da Agência de Fomento (AGN). Em 03 anos e sete meses, superamos cerca de 74% do volume de crédito concedido pela gestão anterior. Diversificamos a oferta de crédito desburocratizado para a cadeia produtiva do turismo, para a agricultura familiar, a pesca, o artesanato, a economia solidária, a juventude e a cultura, além dos setores que já eram atendidos pela instituição. De 2019 até maio de 2022, financiamos 22.767 empreendimentos em todas as regiões do estado do Rio Grande do Norte, sendo 12.991 liderados por mulheres, totalizando R\$ 54 milhões, e 6443 projetos de jovens de 18 a 29 anos, totalizando R\$ 25 milhões.

Prorrogamos, até o fim de 2022, a redução de 25% para 12% da alíquota de energia elétrica de hotéis e pousadas, e a Potigás adotou juro zero nas faturas atrasadas de gás natural, amenizando o impacto da pandemia no setor hoteleiro.

Nosso plano de reabertura da economia no turismo e em outros setores foi fruto de um debate propositivo e responsável com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), a Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), entre outras entidades representativas. Reforçamos as campanhas de divulgação turística do destino RN. Investimos na realização de eventos de fomento ao turismo nas cidades potiguares e na participação em eventos de promoção turística, no Brasil e no mercado internacional. Nossas ações colocaram o Rio Grande do Norte como modelo a ser seguido por outros estados, de acordo com pesquisa da Universidade de São Paulo (USP).

A campanha da Emprotur "Visite o Rio Grande do Norte" veiculou peças de outdoors em rodovias, aeroportos, artes digitais, redes sociais, revistas, vídeos e uma websérie mostrando as potencialidades e todos os atrativos dos segmentos turísticos que o RN possui.

O Governo do Estado apoiou o reconhecimento do Geoparque Seridó pela Unesco, e o início do projeto de sinalização turística na região. Estamos levando cursos de qualificação profissional e técnica na área do turismo a 46 cidades potiguares.



Os dados do Sistema de Inteligência Turística do RN – Sírio também fortalecem o trabalho planejado e que seja realizado de maneira mais assertiva, bem como os investimentos realizados no setor de turismo no projeto Governo Cidadão.

Outra importante ação é o projeto Turismo Cidadão, em parceria com a Secretaria de Tributação, no qual foram investidos R\$ 2,3 milhões de 2020 a 2022, movimentando a atividade turística no estado.

Todas essas iniciativas levaram o RN a ser destino-destaque do boletim da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), que classificou Natal como o destino de Sol e Mar mais procurado por viajantes nacionais.

Efetivamos o Conselho Estadual do Artesanato e desenvolvemos várias iniciativas para fortalecer o setor de artesanato. Somos o oitavo estado no ranking de artesãos cadastrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), com 9.680 cadastros.

Com o PROARTE, Programa Estadual do Artesanato do RN, realizamos, desde 2021, visitas técnicas a 30 municípios para apoio técnico e emissão da Carteira Nacional do Artesão. Por meio de editais e convites, mais de 2 mil artesãos e artesãs foram beneficiados direta ou indiretamente com a realização de sete feiras regionais e nacionais e eventos do artesanato em 2021, no RN e em outros estados. O volume de vendas foi de R\$ 290.188,50.

Concluímos a restauração da Casa do Artesão do Seridó Raimunda Cícera da Conceição, em Caicó, que oferta espaço de exposição e comercialização para artesãos dos 25 municípios da região. O valor investido na restauração foi de R\$ 793 mil, através do Projeto Governo Cidadão, além de recursos para finalizar a estrutura e custeio.

Retomamos e finalizamos as obras de 09 monumentos e equipamentos essenciais ao turismo e à cultura potiguar, como o Forte dos Reis Magos, a Pinacoteca do Estado, a Biblioteca Câmara Cascudo, o Teatro Alberto Maranhão, a Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão e o Museu da Rampa, com um investimento total de R\$ 32 milhões com recursos do Governo Cidadão.

Executamos 100% dos recursos financeiros disponibilizados por meio da Lei Aldir Blanc na capital e no interior, totalizando R\$ 33,2 milhões destinados a artistas, grupos e espaços culturais afetados pela pandemia. Tivemos a maior renúncia fiscal da história para financiamento de projetos culturais aprovados na Lei Câmara Cascudo, totalizando R\$ 13 milhões.

A segurança pública, uma das áreas mais sensíveis e abandonadas pela gestão anterior, recebeu especial atenção do nosso governo, trazendo melhores perspectivas para os profissionais da área e para a população. Superamos todos os parâmetros das gestões anteriores.

Estamos recompondo gradativamente o quadro de profissionais. Contratamos mais 1.319 policiais



militares, convocamos 219 policiais penais, e estão em formação 400 policiais civis para as vagas de agentes, escrivães e delegados. O Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP) iniciou cursos para 276 vagas em diferentes cargos. Para o Corpo de Bombeiros Militar, formamos mais 234 soldados.

Investimos na valorização profissional com a reestruturação salarial de todas as carreiras da segurança pública e da administração penitenciária, com a regularização do direito às promoções. Já são mais de 9 mil profissionais beneficiados.

Também investimos em estrutura, equipamentos, tecnologia e inteligência. Entre outras melhorias, iniciamos a construção da nova sede do ITEP e criamos dois novos batalhões do Corpo de Bombeiros, em Assu e Currais Novos, e um terceiro está em instalação, em Goianinha. Em três anos e sete meses, aumentamos a frota para 328 veículos, entre novas viaturas, caminhonetes, caminhões, motocicletas, guinchos, micro-ônibus e bicicletas. Compramos também pistolas, algemas, munições não letais, rádioscomunicadores e baterias, equipamentos de proteção individual e novos equipamentos tecnológicos para perícia. Ampliamos o sistema de videomonitoramento da Orla de Natal, com câmeras monitoradas pelo Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), entre outras ações.

O trabalho integrado das forças de segurança, o esforço de uma gestão comprometida com a segurança pública e a valorização do trabalho dos servidores resultaram em quedas expressivas da violência.

Em 1.312 dias de gestão (até 4 de agosto de 2022), no comparativo com o mesmo período da gestão anterior, 2.380 vidas foram poupadas, devido à redução dos homicídios. Registramos a diminuição de 35,4% nos números de roubos a estabelecimentos comerciais em todo o Rio Grande do Norte no primeiro quadrimestre de 2022, e a importante queda de 50% no número de feminicídios ocorridos no Estado quando comparados aos primeiros três anos da gestão passada. Ainda na comparação entre os triênios 2016-2018 e 2019-2021, houve queda de 30% de roubos a ônibus, de 20% no roubo de veículos e de 30% no roubo a comércios na Região Metropolitana de Natal.

Nossa gestão penitenciária também foi crucial para garantir a redução nos índices de criminalidade. A criação da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP), em 2019, nos garantiu a melhoria das condições de custódia das pessoas privadas de liberdade, o aprimoramento dos procedimentos de segurança nas unidades prisionais, melhores condições de trabalho para os policiais penais. Por meio da Lei Complementar Estadual nº 664, de 14 de janeiro de 2020, reestruturamos a carreira de Agente Penitenciário em Polícia Penal e estabelecemos novos níveis de remuneração. Investimos no aparelhamento das unidades prisionais do Estado, com investimentos em recursos tecnológicos, como o scanners corporais, o que permitiu extinguir a prática de revistas vexatórias, dando uma maior dignidade aos visitantes e melhorando as condições de trabalho dos servidores.

Com vistas à ressocialização dos apenados, implementamos frentes de trabalho através da Central de Presos Trabalhadores, e estamos utilizando a mão-de-obra carcerária na reforma e manutenção de hospitais, escolas, na sede dos Bombeiros Mirins, na Cidade da Criança, Forte dos Reis Magos, em



secretarias de estado, e na reforma de macas e carteiras escolares. Em Pau dos Ferros, por exemplo, através de parceria com a Prefeitura, os presos limpam canteiros, ruas, avenidas, praças e o cemitério.

Ainda no contexto da segurança pública e no combate à violência contra as mulheres, instituímos o plantão 24 horas na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) da zona norte de Natal, reabrimos a DEAM de Caicó, e estaremos implantando até o final do ano mais 07 unidades em todo o estado: Macaíba, Ceará-mirim, São Gonçalo do Amarante, Nova Cruz, Macau, Assú e Pau dos Ferros.

Ampliamos a Patrulha Maria da Penha (PMP), que são as equipes que fazem visitas periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a fim de verificar o cumprimento das medidas protetivas. Antes da nossa gestão, a PMP contava apenas com uma viatura em Natal e outra em Parnamirim. Lançamos as Novas Patrulhas Maria da Penha para atuar em Mossoró (que atende também Serra do Mel e Governador Dix Sep Rosado), Currais Novos e mais 11 municípios do Seridó Potiguar: Acari, São Vicente, Florânia, Parelhas, Equador, Santana do Seridó, Carnaúba dos Dantas, Lagoa Nova, Cerro Corá, Bodó e Tenente Laurentino; na região do Mato Grande, com sede em João Câmara, atendemos ainda Poço Branco, Bento Fernandes, Jardim de Angicos, Jandaíra, Parazinho, Pedra Grande, São Bento do Norte, Caiçara do Norte, São Miguel do Gostoso e Touros. Na região Agreste, com sede em Nova Cruz, o atendimento contempla, também, Lagoa D'Anta, Monte das Gameleiras, São José de Campestre, Serra da São Bento, Serrinha, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Santo Antônio, Passa e Fica, Brejinho, Jundiá, Várzea e Passagem. E gradualmente o PMP chegará a todas as regiões do RN.

Para estabelecer as políticas de segurança pública que nortearão o RN pelos próximos dez anos, o vice-governador, Antenor Roberto, presidiu a comissão especial que conduziu os trabalhos em torno da construção do Plano Estadual de Segurança Pública (PESP). Como resultado dessa ampla discussão, sancionamos este ano a Lei Complementar n. 711/2022, que cria a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema de Segurança Pública do Rio Grande do Norte. Essas instâncias estabelecem os princípios, as diretrizes e os objetivos que o estado deve alcançar daqui em diante. A nova lei reconhece a segurança pública como política de Estado e não de governo, e garante atuação integrada dos órgãos estaduais, federais e municipais.

Na educação, investimos R\$ 90 milhões na reforma e modernização de 39 escolas e fizemos serviços de manutenção e melhoria em outras 300 unidades. Em 2022, mais 100 escolas serão reformadas.

Lançamos o Programa Nova Escola Potiguar (PNEP), que terá R\$ 400 milhões em investimentos. O programa prevê a construção de 12 Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (IERNs) - dos quais 10 já estão com obras autorizadas - com o mesmo padrão de estrutura e projeto pedagógico dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRNs); reformas em 160 unidades de ensino e construção de 10 novas escolas.

A alimentação dos nossos estudantes também recebeu maiores investimentos nesta gestão. Em 2019, apenas 28.069 estudantes que ficavam em tempo integral na escola recebiam complementação do



valor per capita para alimentação escolar, e agora, no nosso governo, os 217.001 alunos matriculados na rede pública estadual de ensino são beneficiados. Essa medida representa um incremento de R\$ 15 milhões de reais no orçamento anual da alimentação escolar, que, então, passou de R\$ 7 milhões em 2019 para os atuais R\$ 22 milhões, contemplando todas as unidades de ensino da rede pública estadual. Essa ação visa melhorar a quantidade e a qualidade da Alimentação Escolar ofertada, com proporções nutricionais adequadas e possibilitando uma maior aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Para a melhoria do transporte escolar, ampliamos os investimentos com recursos próprios. Em 2019, o valor por estudante era de R\$ 3,00, e hoje, com os repasses complementares, estamos investindo R\$ 3,95 por aluno do ensino fundamental e R\$ 4,34 por aluno do ensino médio, representando um incremento de R\$ 10 milhões de reais no orçamento do transporte escolar, que hoje ultrapassa os R\$ 59 milhões e beneficia 55.990 alunos das redes públicas estadual e municipais de ensino.

Iniciamos a entrega de 3.500 (de um total de 8.978) notebooks para as escolas públicas e 330 computadores para os Laboratórios de Informática dos 11 Centros de Educação Profissional, como parte do programa que visa melhorar o acesso à tecnologia de informação (internet) e comunicação e modernizar a gestão escolar, com adoção de ferramentas e metodologias que contribuam no fluxo das atividades pedagógicas e administrativas.

Na estruturação do setor educacional, de 2019 a 2022, convocamos 5.073 profissionais da educação temporários e 3.480 efetivos. Cumprimos integralmente o pagamento do piso nacional dos profissionais da educação para os servidores ativos e inativos, com reajuste linear para todos os profissionais.

Nosso governo, cumprindo mais um compromisso com a educação, acabou com a lista tríplice para nomeação de reitor e vice-reitor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), valorizando a universidade democrática e respeitando a vontade da comunidade acadêmica na decisão dos rumos da instituição.

Complementarmente a isso, estabelecemos, por meio de lei, a autonomia administrativa e financeira da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), um sonho de gerações e a concretização de uma luta histórica de professores, estudantes e demais servidores da instituição.

Na atual gestão, destravamos as obras de construção, ampliação e reforma das Centrais do Cidadão, equipamentos que atendem em média 159 mil pessoas por mês no Rio Grande do Norte. Até o final de 2022, entregaremos 24 unidades do Programa Central do Cidadão, chegando ao montante de 29 equipamentos para atender a população potiguar em todas as regiões do estado.

A transferência das Centrais do Cidadão para imóveis próprios proporcionará uma economia na ordem de R\$ 450 mil por ano em aluguéis. Ainda como forma de garantir economia de recursos públicos, iniciamos a instalação de placas de energia solar em 18 unidades, cuja projeção de economia de



recursos é de R\$ 1,7 milhão por ano.

Na política de Segurança Alimentar, reestruturamos e moralizamos o Programa do Leite Potiguar e os Restaurantes Populares, com mecanismos mais ágeis e rigorosos de controle e fiscalização. O Programa do Leite atende 75 mil famílias, com investimento anual de R\$ 53,4 milhões. Já os Restaurantes Populares asseguram, diariamente, 42 mil refeições em 56 unidades distribuídas em 34 municípios, com investimento anual de R\$ 56,9 milhões.

Vamos concluir e protocolar em cartório até dezembro de 2022 um total de 25 mil escrituras, por meio de nosso programa de regularização fundiária urbana, sendo a maioria em Natal e Mossoró. Já entregamos 7.200 títulos de propriedade em 64 municípios do RN, beneficiando cerca de 29 mil pessoas. Retomamos o programa habitacional Pró-Moradia, paralisado por 12 anos. São 760 moradias em execução, que atenderão aproximadamente 3 mil pessoas. O investimento soma R\$ 44 milhões, sendo R\$ 11 milhões do Fundo de Combate à Pobreza.

Começamos a reverter o quadro dramático que encontramos na malha rodoviária estadual, provocado pelo descaso e abandono herdados da gestão anterior. Além de fazer manutenção, estamos implantando e/ou reconstruindo diversas estradas para minimizar a precariedade da malha viária. São iniciativas que buscam garantir infraestrutura, mobilidade e acesso entre as regiões, promovendo um maior escoamento da produção e crescimento de novos mercados para os produtores, agricultores/ exportadores de frutas, para a agricultura familiar, de maneira a possibilitar o escoamento da produção num custo mais baixos e também o aquecimento do turismo regional.

Lançamos já no primeiro ano de governo um plano de recuperação de rodovias, por meio do qual executamos serviços de recuperação em 2.700 quilômetros de estradas, representando 82% da malha viária estadual. Nos 29 trechos de rodovias onde a situação era mais grave, e que somam 430 quilômetros, estamos investindo R\$ 48,7 milhões no Plano de Restauração de Trechos Críticos. Retomamos, também, as obras do Pró-Transporte na Zona Norte de Natal, importante investimento em infraestrutura urbana que beneficiará toda a Região Metropolitana de Natal.

Por meio do Governo Cidadão, nossa gestão já concluiu as seguintes obras: RN-011 (conhecida como Estrada da Castanha, em Serra do Mel); RN-015 (Estrada do Melão III, ligando Baraúna à BR 437, no trecho conhecido como estrada do Cajueiro); RN-016, que beneficiou diretamente os produtores de Carnaubais, Serra do Mel e Mossoró; a RN-118, no trecho que liga Jucurutu e Caicó; a RN-087, que liga Cerro Corá a Lagoa Nova; a RN-160, em São Gonçalo do Amarante; a RN-307 em Genipabu; a RN-063, que liga Tabatinga a Barreta; e Estrada da Produção, também em São Gonçalo do Amarante. Até o final deste ano, quando será entregue a última estrada viabilizada com recursos do empréstimo do Banco Mundial, a RN-233, atualmente em obras no trecho de 41 quilômetros entre Paraú e Triunfo Potiguar, terão sido aplicados mais de R\$ 240 milhões na melhoria de 258 quilômetros de vias construídas, restauradas e modernizadas estrategicamente para interiorizar o desenvolvimento.

Todas as obras executadas por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-RN) foram concluídas ou iniciadas na atual gestão, que conseguiu remover obstáculos técnicos e legais para terminar ou começar esses investimentos em infraestrutura. Com isso, obras reivindicadas há décadas – como a Estrada do Melão, na região de Assu/Mossoró, a Estrada da Produção, na Região Metropolitana de Natal, a Estrada Cerro-Corá/Lagoa Nova, na Serra de Santana – saíram do papel, abrindo novas perspectivas para os municípios que dependem delas. A gestão anterior não entregou nenhuma obra em estrada por meio do programa.

No Seridó, destravamos as obras físicas e sociais da Barragem de Oiticica, uma obra de caráter estruturante, que vai garantir segurança hídrica e mais desenvolvimento, beneficiando 43 municípios e uma população estimada em 800 mil pessoas. A comunidade Nova Barra de Santana, construída no âmbito do projeto da barragem, é exemplo do olhar social da nossa gestão. A comunidade é dotada de infraestrutura urbana, com saneamento, pavimentação, manejo de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais e acessibilidade, e conta também com equipamentos sociais de uso coletivo, a exemplo de escola, creche, quadra poliesportiva, posto de saúde e centro social. Um projeto integrado que beneficiará e garantirá dignidade a essa população.

No Oeste, entregamos as obras da segunda etapa do Distrito Irrigado do Baixo Açu. Essas obras se arrastavam por mais de duas décadas. Com 21 quilômetros de canais de irrigação, central de bombeamento e rede elétrica, as obras elevam de 2.700 hectares para 5.700 hectares a área cultivável na região, o que vai propiciar a geração de milhares de empregos. Criamos o Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Pecafes), que fornece alimentos de qualidade para escolas, restaurantes populares e também para as cestas básicas distribuídas durante a pandemia. O Pecafes possibilitou um grande incremento na economia rural do RN, mobilizando mais de R\$ 25 milhões em compras de 2019 a 2021, beneficiando 260 mil famílias. Também por meio do Pecafes, o governo irá adquirir pela primeira vez produtos da agricultura familiar para os hospitais. No primeiro edital, lançado em março, o governo garantiu investimento de R\$ 8 milhões.

Ampliamos o programa de sementes crioulas e dos Bancos de Sementes, investindo R\$ 31,1 milhões desde o início da gestão, assegurando a produção de mais de 2,4 milhões de quilos de sementes de milho, feijão e sorgo forrageiro para 55 mil agricultores familiares. Construímos galpões para armazenamento do feno usado como forragem no programa de fortalecimento da pecuária leiteira.

Com o reconhecimento e a valorização dos pequenos produtores na economia brasileira, trabalhamos com o objetivo de dar segurança à comercialização das mercadorias oriundas dessa produção. E assim, progredimos na regulamentação do setor, através de legislações, de Decretos, do selo Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI) e do Selo Arte. Por esse motivo, nossos queijos, carnes, linguiças, e demais produtos artesanais podem ser comercializados em todo país, com acesso a um mercado consumidor de mais de 220 milhões de pessoas.

A relação com os empresários dos setores Agropecuário e da Pesca foi pautada pelo diálogo, o que

contribuiu fortemente para o avanço dos investimentos privados, agora num ambiente de segurança jurídica. Por isso nos tornamos líderes, no âmbito nacional, na exportação de frutas, de atum fresco e na produção de camarão.

Outro avanço foi a criação da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura. Incluímos o pescado na lista de produtos da agricultura familiar adquiridos pelo Governo do Estado via Pecafes. Distribuímos mais de 2,5 milhões de alevinos de diversas espécies para repovoar os corpos hídricos e estimular a pesca artesanal.

Todos os esforços empreendidos nesses 03 anos e sete meses nos permitiram iniciar um processo de transformação profunda do estado, no sentido de construir as bases para uma política comprometida com o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Estamos arrumando a casa, mas sabemos que ainda há muito por fazer. O que nos move é o sentimento de que devemos construir um Rio Grande do Norte mais forte e com oportunidades para todos os potiguares.

O projeto que temos para o RN ganha agora uma nova perspectiva com a possibilidade concreta da eleição do presidente Lula para um terceiro mandato na Presidência da República.

O melhor vai começar!

PROGRAMA DE GOVERNO 2023-2026: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O RIO GRANDE DO NORTE

Neste documento, apresentamos ao povo potiguar os caminhos que queremos seguir para fazer mais e melhor a partir de janeiro de 2023. As propostas foram organizadas nos 04 eixos definidos, tendo como premissas os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a saber: (I) Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente; (II) Desenvolvimento Regional Sustentável e Integração Metropolitana; (III) Desenvolvimento Humano e Social e Segurança Pública; e (IV) Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Estamos movidos pelo otimismo e pela certeza de que o Rio Grande do Norte está no rumo certo, mas que ainda há muito trabalho para se fazer.



I - DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL E GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E EFICIENTE

No Eixo "Desenvolvimento Governamental e Gestão Pública Transparente e Eficiente", apresentamos as diretrizes para a atuação do Governo do Estado no próximo quadriênio. Após termos organizado as finanças públicas, com uma gestão orçamentária, fiscal e previdenciária que possibilitou um estado de equilíbrio à administração pública estadual, chegou a hora de aprofundarmos os avanços que nos possibilitaram estabelecer o calendário de pagamento do funcionalismo, quitar os salários atrasados, deixados pela gestão anterior, e retomar a capacidade de investimento do Governo do Estado.

Para que isso se consolide, precisamos aperfeiçoar uma governança participativa, transparente e com controle social; consolidar os mecanismos de diálogo permanente com os órgãos de controle, a sociedade e a iniciativa privada; e prosseguir com a modernização da gestão administrativa, com forte incremento tecnológico, para mais eficiência, eficácia e efetividade na implementação e na gestão das políticas públicas.

Nessa perspectiva, faz-se importante a ampliação das políticas de gestão de pessoas que valorizem os servidores e servidoras, com uma política salarial justa, com formação, capacitação e qualificação contínua, em consonância com a política de capacitação da Escola de Governo, e da Escola de Tecnologia da Informação a Gestão Pública.

Agora, mais do que nunca, uma janela de oportunidades se abre para o Rio Grande do Norte. A candidatura de Lula Presidente e a nossa reeleição trazem novos horizontes para o povo potiguar.

DIRETRIZES:

- Ampliar as ações de governança participativa;
- Ampliar e modernizar os mecanismos de transparência e de controle social das despesas públicas, investindo em tecnologia e fomentando uma cultura de integridade;



- Aumentar a transparência ativa, para fortalecer os canais participativos, democratizar o planejamento,
 e melhorar a gestão do Estado do Rio Grande do Norte;
- Modernizar a estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual;
- Fortalecer o quadro de pessoal das áreas estratégicas do Estado, para a melhor prestação de serviços públicos essenciais à população, a partir de realização de concursos públicos;
- Fortalecer a formação, capacitação e qualificação dos servidores públicos estaduais;
- Fortalecer a política de valorização dos profissionais da educação, da saúde, da segurança e demais servidores públicos estaduais;
- Concluir o processo de centralização das compras governamentais por meio da instituição de Rede Estratégica de Compras, de forma a dar mais agilidade, eficiência, economicidade e segurança jurídica nas contratações com o Poder Público, obedecendo o disposto na nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021);
- Aprimorar e manter os investimentos na área de fiscalização tributária, bem como na conscientização da população acerca da educação fiscal;
- Seguir aperfeiçoando a política fiscal, buscando atração de investimentos para a geração de emprego e renda para a população do Rio Grande do Norte;
- Impulsionar políticas públicas de transformação digital e intensificar a utilização de ferramentas digitais para a desburocratização, melhoria da gestão e dos serviços públicos.

II - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

O Eixo "Desenvolvimento Sustentável e Integração Regional e Metropolitana" apresenta as diretrizes orientadoras para o processo de consolidação das ações do Governo do Estado para a integração do território potiguar, iniciado em 2019. As ações realizadas nos últimos 03 anos e sete meses ganharão, a partir de 2023, nova dinâmica, partindo do princípio que organizamos as finanças públicas e de que teremos, no futuro governo Lula, um aliado permanente a favor do Rio Grande do Norte.

Nosso compromisso para o segundo governo é fortalecer a infraestrutura terrestre e hídrica do RN, promover a integração física das nossas regiões e coordenar o planejamento das cidades, tendo como premissa o respeito ao meio ambiente para um desenvolvimento urbano e regional sólido e sustentável.

DIRETRIZES:

- Concretizar R\$ 1 bilhão de investimentos a mais com recursos próprios na infraestrutura da cadeia logística do Rio Grande do Norte;
- Ampliar os investimentos na construção, melhoria e reestruturação das rodovias urbanas do Rio Grande do Norte, objetivando a melhor distribuição e comercialização da produção, a garantia de acesso a direitos como mobilidade, segurança e a interligação das cidades;
- Fomentar projeto de construção de estradas e rodovias vicinais, para possibilitar interligação de municípios, conectar as estradas e proporcionar uma função coletora;
- Ampliar a atuação do Governo do Estado na coordenação da Região Metropolitana de Natal (RMNatal), fortalecendo o Desenvolvimento Urbano Integrado da região;
- Garantir a manutenção de uma gestão ambiental no RN com centralidade na garantia da sustentabilidade socioambiental e climática como premissa para o desenvolvimento econômico, buscando alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Aperfeiçoar a implementação da Política Estadual de Meio Ambiente, priorizando as áreas protegidas



- e sensíveis, promoção de educação, controle e monitoramento ambiental, recuperação de áreas degradadas e a aproximação da relação com sociedade civil e os setores produtivos;
- Reforçar os mecanismos de análise das solicitações de licenciamentos, garantindo mais segurança jurídica e celeridade na liberação das licenças; ambientais
- Expandir as adutoras e redes de água na capital e interior, de forma a permitir que o Estado avance no cumprimento da meta traçada pela Lei 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento);
- Avançar na cobertura da coleta e tratamento de efluentes (esgotos), de forma que o Estado cumpra a meta estabelecida pela Lei 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento);
- Implantar, na área rural dos municípios potiguares, Sistemas de Esgotamento Sanitário com tratamento simplificado (saneamento rural), com capacidade para atender a demanda das comunidades, buscando cumprir os objetivos traçados pela Lei 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento);
- Avançar na redução efetiva das perdas de água, com soluções técnicas como a substituição de redes, setorização, renovação de adutoras e equipamentos e a micro e macromedição, promovendo também um rigoroso processo educativo para o uso racional da água em todo o território do Estado do RN;
- Apoiar os municípios e os Consórcios Municipais na gestão dos resíduos sólidos, atendendo ao disposto na Lei 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento);
- Ampliar a infraestrutura hidráulica e fortalecer a política de gestão participativa dos recursos hídricos,
 na perspectiva da convivência com o semiárido;
- Ampliar e fortalecer as ações de proteção ao Meio Ambiente, visando à manutenção e a criação de Unidades de Conservação Ambiental que garantem a recuperação das matas ciliares, das margens dos rios, das nascentes, das áreas degradadas, compatibilizando a proteção dos ecossistemas naturais;
- Ampliar as políticas públicas para combater a degradação ambiental e promover a preservação do meio ambiente;
- Estimular projetos de recuperação de áreas degradadas nos diferentes tipos de biomas localizados no RN;
- Ampliar a conscientização sobre a manutenção de ambiente ecologicamente equilibrado, através da fomentação turística responsável;



- Investir na infraestrutura portuária, para o desenvolvimento tecnológico do Setor Eólico Offshore e Multiuso do Estado do Rio Grande do Norte, através do Porto Multiuso Indústria Verde, via parceria público-privada
- Promover gestão cooperativa com o Governo Federal para viabilizar a obra de duplicação da BR -304, que liga Natal a Mossoró;
- Dotar o Fundo de Investimentos em Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Norte, para viabilizar a ampliação, manutenção e reforma da infraestrutura estadual;

III - DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

O Eixo "Desenvolvimento Humano e Social e Segurança Pública", apresenta as diretrizes do governo para a implementação de políticas públicas com foco nas pessoas, tendo como premissas as garantias dos direitos fundamentais das cidadãs e dos cidadãos do Rio Grande do Norte, e um dos nossos principais desafios: a diminuição da desigualdade social.

Depois de três anos e sete meses trabalhando para superar o cenário de caos deixado, pelo governo anterior, nas contas públicas e nas políticas sociais, e ainda, para amenizar o sofrimento do povo, em meio a uma pandemia sem precedentes, renovamos o nosso compromisso de colocar o Estado como garantidor do direito a uma vida digna. Em consonância com o programa de governo da candidatura Lula Presidente, poderemos recuperar o caminho das políticas sociais e das conquistas civilizatórias vilipendiadas pelo governo Bolsonaro.

Impulsionaremos ainda mais as políticas públicas para as mulheres, negros e negras, pessoas com deficiência, jovens e comunidade LGBTI+. As populações indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua e itinerantes terão ainda mais espaço no Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a partir da garantia de recursos para políticas, planos, programas e projetos de inclusão.

Nosso compromisso com a educação, a saúde e a assistência social, na nova gestão, ganham outras perspectivas, pois estamos arrumando a casa, atraímos mais investimentos, propiciando um ambiente de confiança aos investidores e, agora, em parceria com o novo Governo Federal, teremos condições de fazer muito mais.

Na segurança pública, nossos três principais compromissos são: 1) dar continuidade à política de recomposição dos quadros da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros Militar e ITEP iniciada em 2019 e já com novos agentes militares nas ruas e novos concursos em andamento; 2) avançar na política de valorização e proteção dos profissionais de segurança; e 3) fortalecer o investimento em estrutura, equipamentos, tecnologia e inteligência para seguir buscando a redução dos crimes contra a vida e o patrimônio, por meio da intensificação dos mecanismos de ostensividade e investigação. Tudo em consonância com o Plano Estadual de Segurança Pública (PESP) e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).



Nosso próximo governo renova, também, o compromisso com a justiça social e inclusão com direitos, desenvolvimento, trabalho, renda, moradia adequada, segurança alimentar, combate à fome, ao desemprego e à miséria. A garantia dos direitos humanos, da cultura e o reconhecimento da diversidade, a partir da implementação de políticas públicas, é mais um compromisso renovado com a população potiguar.

DIRETRIZES:

- Concluir a construção e implantação de 12 Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (IERNs);
- Avaliar e monitorar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação (PEE-RN) em sintonia com o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Municipais de Educação (PME), fortalecendo ações articuladas, sistêmicas e colaborativas entre Estado, Municípios e União, com encaminhamentos para renovação desses Planos, a partir de 2024;
- Priorizar um projeto de educação pública, gratuita, laica, democrática e inclusiva como política de estado, estabelecendo normas de regulação e participação do setor privado na gestão, no conteúdo e na formação dos profissionais da educação;
- Fortalecer a gestão democrática na Educação Básica e Ensino Superior, com formação e eleições de gestores/as, funcionamento e democratização do Conselho Estadual de Educação, de Conselhos Representativos, Grêmios, favorecendo os espaços de participação popular através de Conferências Públicas populares, debates, fóruns, conselhos e outros;
- Potencializar a participação de estudantes, representações dos segmentos educacionais no Fórum Estadual da Educação e sindicatos na definição e efetivação de políticas públicas para a área;
- Assegurar investimentos na Política de Superação do Analfabetismo e avançar na ampliação da oferta de educação de jovens e adultos, integrando-as com a Educação Profissional Tecnológica.
- Melhorar as condições de funcionamento das escolas de Educação em Tempo Integral e nas Escolas Profissionais, agilizando a sua regulamentação, articulada à implantação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (IERNs) com investimento em pesquisa, extensão e inovação, dando continuidade ao Programa Nova Escola Potiguar (PNEP);
- Ampliar, gradativamente, as escolas que ofertam educação em tempo integral, incluindo 57 novas escolas, entre 2023 a 2026, atingindo a meta de 50% das escolas previstas no Plano Estadual de Educação no RN.



- Manter e ampliar o plano de reestruturação, reformas e construção de novas escolas, dotandoas de equipamentos necessários ao melhor desempenho dos profissionais e aprendizagens dos estudantes;
- Avançar nas condições de acesso aos meios virtuais e tecnológicos por parte de estudantes e profissionais, garantindo acessibilidade e completa implantação do Plano Escolas Conectadas;
- Efetivar políticas voltadas à Assistência Estudantil, de modo a reduzir os efeitos das desigualdades socioeducacionais, como a reprovação, a evasão e o abandono, assegurando a permanência e conclusão dos estudos dos estudantes provenientes de famílias de baixa renda, intensificando o programa Busca Ativa Escolar para os que estão fora da escola;
- Propiciar atendimento especializado aos que estão em regime prisional, às pessoas com deficiência, atendimento hospitalar ou em vulnerabilidade social, com ações de inclusão e de melhoria das suas condições de participação socioeducacional;
- Definir políticas educacionais para a diversidade: educação do campo, quilombola, indígena, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiências, ciganos, LGBTI+, pessoas refugiadas, migrantes e apátridas, educação para promoção da igualdade racial, para a paz e para os direitos humanos;
- Investir em programas de Esporte, Cultura e Arte nas instituições de ensino em parceria com diferentes setores e instituições culturais e artísticas;
- Fortalecer as políticas para o ensino fundamental, em parceria com os municípios, com ações de acesso e permanência dos/das estudantes, com sucesso nas aprendizagens;
- Avançar no processo de regionalização da saúde, estruturando e qualificando as redes de atenção em todas as regiões de saúde, ampliando e qualificando a oferta de serviços com a implantação dos consórcios de saúde interfederativos;
- Implantar 06 novas policlínicas nas regiões de saúde para assegurar o acesso a consultas e exames especializados, com a expansão do Programa de Atenção Especializada Ambulatorial (Trairi/Potengi; Matogrande; no agreste na cidade de Canguaretama; no alto Oeste, na cidade de Pau dos Ferros; no Vale do Assu, na cidade de Assu; e mais uma unidade no Seridó).
- Criar o programa de investimentos em saúde para modernizar a rede de serviços do Sistema Único de Saúde no RN, com destaque para a construção e implantação de um novo Hospital de Urgências e Emergências na Região Metropolitana de Natal (RMNatal), um novo laboratório de saúde pública e ampliação e qualificação da capacidade de atendimento dos hospitais regionais;
- Implementar a Política de Atenção Hospitalar, integrando os hospitais municipais e filantrópicos às



redes de atenção regionais, mediante incentivos e apoio a qualificação desses serviços, e expansão e qualificação dos serviços dos hospitais regionais;

- Implantar uma Política Potiguar de Atenção Primária no Estado voltada para o aumento da resolutividade do cuidado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) mediante apoio aos municípios, através dos Consórcios Regionais de Saúde, nas seguintes ações: a) Telemedicina; b) ampliação do suporte diagnóstico; c) articulação com a Atenção ambulatorial especializada; d) educação permanente dos profissionais; e) apoio à qualificação da gestão; f) suporte para a saúde digital; e g) criação, em articulação com as universidades, de um programa de provimento de profissionais para Atenção Primária à Saúde (APS) na modalidade de residência médica e multiprofissional;
- Avançar no processo de qualificação da vigilância em saúde com a ampliação e qualificação dessas ações nos territórios, mediante o fortalecimento dos Núcleos de Vigilância em Saúde nas regiões, e atualização do Código Sanitário estadual;
- Implementar as ações de promoção à saúde, expandindo e aprimorando o RN MAIS SAUDÁVEL, com ampliação da adesão dos municípios à lógica de saúde em todas às políticas, e o envolvimento das organizações da sociedade às estratégias promotoras da saúde e de proteção à vida;
- Avançar no processo de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado, com a implantação dos sistemas de regulação de leitos, consultas e exames e cirurgias, organizado em bases regionais, de modo a facilitar o acesso e promover a transparência na utilização dos serviços;
- Acelerar as ações de saúde digital no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a integração entre
 os sistemas, disponibilização das informações para monitoramento e gestão, e desenvolvimento e
 implantação de plataformas integradoras que facilitem a tomada de decisão na atenção e na gestão;
- Consolidar as ações de modernização administrativa em curso na Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP-RN) com atualização de normas e processos administrativos com vistas à melhoria do desempenho institucional, incluindo a implantação dos consórcios como instância autárquica e a adoção de novas modalidades de gerência de serviços na lógica do interesse público;
- Aprimorar a gestão democrática e participativa, com fortalecimento da participação nos Conselhos de Saúde e implementação da gestão colegiada nos serviços de saúde;
- Fortalecer a cooperação interfederativa com o Governo Federal, para incrementarmos os investimentos em saúde no Estado;
- Ampliar e fortalecer, nos diversos Órgãos, ações intersetoriais de promoção, proteção e defesa dos direitos das mulheres;



- Ampliar e fortalecer as ações intersetoriais de inclusão econômica das mulheres, visando a autonomia financeira e redução das desigualdades de gênero;
- Aprimorar as ações de enfrentamento à violência, de assistência e de direito à saúde sexual e reprodutiva das mulheres;
- Expandir as delegacias especializadas e fortalecer o protocolo de atenção integral, que possibilite a articulação e o funcionamento de uma rede que congregue todos os serviços públicos necessários à execução das medidas protetivas e ao acolhimento das mulheres vítimas de violência e suas famílias, em parceria com os municípios e o Governo Federal;
- Fortalecer e expandir as ações de combate à violência contra a mulher e ao feminicídio, a exemplo da ampliação da Patrulha Maria da Penha e Programa Maria da Penha vai às Escolas;
- Garantir a ampliação dos instrumentos de proteção aos direitos humanos e prevenção às violações de direitos;
- Fortalecer os Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática;
- Fomentar a realização de ações intersetoriais integradas de conscientização e promoção dos direitos humanos;
- Ampliar a implementação de políticas públicas intersetoriais integradas visando a redução da pobreza e das desigualdades socioterritoriais;
- Ampliar e fortalecer, em parceria com os municípios, a cobertura dos serviços Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de forma regionalizada no Rio Grande do Norte;
- Fortalecer o Sistema Estadual Socioeducativo com base nos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);
- Garantir os direitos das crianças, sobretudo as de famílias pobres, por meio da expansão e melhoria dos serviços de saúde, educação e assistência social;
- Consolidar a política de assistência social intersetorial, integrada e articulada com a sociedade civil, outros organismos governamentais, municípios e Governo Federal, seguindo as premissas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Implementar o Programa RN sem Fome, em parceria com Governo Federal e municípios, promovendo, ampliando e apoiando ações intersetoriais de segurança alimentar e nutricional, em



articulação com a agricultura familiar, como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada à população em situação de vulnerabilidade social;

- Implementar, em parceria com a iniciativa privada e municípios, programas de esporte e lazer que promovam saúde e qualidade de vida à população;
- Investir na construção e reforma de equipamentos esportivos que contemplem as diversas manifestações esportivas e artístico-culturais;
- Fortalecer a prática esportiva nas escolas estaduais;
- Ampliar o desenvolvimento de projetos integrados e intersetoriais para o esporte e lazer;
- Fortalecer as ações integradas e intersetoriais de fomento às práticas das várias modalidades de esportes aquáticos no litoral do estado;
- Fomentar a participação social na implementação da política de juventude por meio do fortalecimento dos conselhos estadual e municipais de juventude, em articulação com os municípios;
- Ampliar o acesso da juventude à educação, com ênfase em modalidades que contemplem a formação profissional e fortalecer ações de garantia da permanência estudantil, que promovam as condições para a conclusão dos estudos para a juventude mais vulnerável, por meio do Programa Tamo Junto;
- Fortalecer iniciativas que visem a ampliação das oportunidades para ingresso no mundo de trabalho, através da capacitação, qualificação e orientação profissional das diversas juventudes, do campo ou da cidade, contemplando o mercado de trabalho e alternativas de geração de renda autônoma, como a economia solidária, a agricultura familiar, a economia criativa e o empreendedorismo;
- Fortalecer o CREDSOLIDÁRIO (Programa de Fomento ao Microcrédito para
- Trabalhadores/as da Economia Solidária), aprimorando sua atuação junto aos empreendimentos de economia solidária rurais e urbanos;
- Apoiar processos inovadores orientados pela concepção da tecnologia social, que possam impulsionar o desenvolvimento econômico e social da Economia Solidária;
- Fomentar a produção artística das juventudes, respeitando a diversidade cultural, através de editais, chamadas públicas, capacitações, bolsas, auxílios, apoio a festivais e circuitos culturais;
- Ampliar as ações no campo da segurança pública que visem a redução dos homicídios contra



jovens negros, fortalecendo ações territoriais integradas intersetoriais, assim como a participação e o controle social, visando garantir a valorização da vida e o respeito aos direitos humanos na atuação dos diversos atores do sistema de segurança pública;

- Ampliar e fortalecer políticas públicas intersetoriais em defesa da inclusão, do combate ao racismo,
 à intolerância e a todas as formas de discriminação;
- Garantir a liberdade de culto e o combate às violências contra os terreiros de matriz africana e afroameríndia:
- Ampliar as políticas de educação, de saúde, de habitação, de trabalho e de renda voltadas para a população negra e povos tradicionais;
- Garantir a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência, por meio da articulação entre os órgãos da administração pública direta e indireta de todas as esferas e de organizações da sociedade civil, para promover a inclusão social e a participação plena e efetiva na sociedade;
- Fomentar, em parceria com os municípios, a elaboração e implementação de políticas de esporte e lazer voltadas à inclusão da pessoa com deficiência;
- Fomentar as iniciativas e medidas de proteção e de garantia dos direitos da pessoa idosa;
- Ampliar e fortalecer as ações que garantam melhor qualidade de vida às pessoas idosas, por meio de programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário, promovendo o acesso à saúde, ao lazer, à cultura, às atividades físicas, entre outros;
- Ampliar, em parceria com o Governo Federal, programas de produção de habitação de interesse social;
- Ampliar as ações em parceria com o Governo Federal e Prefeituras, visando reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo;
- Prestar apoio técnico aos municípios para a elaboração de projetos de habitação de interesse social,
 bem como na captação de recursos para financiamento;
- Ampliar as ações de regularização fundiária dos conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB);
- Modernizar a gestão cultural, garantindo orçamento e permitindo a qualificação, ampliação e criação de novas políticas culturais, com a capacidade ampla de escala e impacto na sociedade, com políticas que descentralizam a ação do Estado para múltiplos territórios;



- Fortalecer as instituições culturais e ampliar o financiamento e o investimento na cultura, criando condições para a qualificação, ampliação e criação de políticas e equipamentos culturais, das condições de vida e de trabalho no mundo da cultura, com ações intersetoriais, integradas e articuladas ao Governo Federal e aos municípios, em consonância com o Plano Estadual de Cultura;
- Fortalecer o dinamismo da economia da cultura, potencializando processos criativos, fortalecendo a memória e a diversidade cultural potiguar, valorizando a arte, a cultura popular, a cultura periférica e regional, garantindo a plena liberdade artística, em consonância com o Plano Estadual de Cultura;
- Modernizar, reestruturar e ampliar os equipamentos culturais do Rio Grande do Norte, em parceria com os municípios;
- Ampliar as ações de promoção e conscientização acerca da saúde da população LGBTI+, consoante o disposto na Política Nacional de Saúde Integral LGBTI+;
- Fortalecer o combate à violência e à discriminação contra a população LGBTI+, com ações integradas e intersetoriais, articulando os diversos atores sociais e entidades governamentais;
- Fortalecer a rede de proteção e cuidados da população LGBTI+ em situação de violência e vulnerabilidade social, garantindo os meios de acesso às políticas de emprego, renda e aos mecanismos de proteção social especial;
- Proporcionar à população do RN o acesso a orientações sociais e jurídicas, conscientização na área de direitos humanos e cidadania, utilizando a estrutura das Centrais do Cidadão;
- Fortalecer o Programa Central do Cidadão, ampliando sua infraestrutura e realizando ações integradas e intersetoriais com os municípios, sociedade civil, iniciativa privada, organismos governamentais e instituições públicas;
- Fortalecer a Defensoria Pública Estadual, a partir da ampliação gradual do quadro de defensores e da instalação de núcleos regionais, garantindo assistência jurídica aos que dela necessitem;
- Garantir a participação social na elaboração, execução e acompanhamento da política de segurança pública, em consonância com o Plano Estadual de Segurança Pública (PESP) e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP);
- Garantir o território como centralidade das políticas públicas de segurança;
- Fortalecer o Sistema Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Norte;
- Fortalecer a política de valorização profissional dos integrantes do Sistema de Segurança Pública do



Rio Grande do Norte;

- Aprimorar os processos de segurança pública com inovação tecnológica e integração de sistemas de informação e comunicação;
- Fortalecer o sistema de controle interno, a corregedoria e a ouvidoria dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública, em consonância com o Plano Estadual de Segurança Pública (PESP) e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP);
- Aperfeiçoar as atividades de Proteção e Defesa Civil e de preservação ambiental;
- Fortalecer a gestão e o controle do sistema penitenciário estadual, com ênfase na ressocialização, modernização e ampliação de investimentos;
- Assegurar a garantia dos direitos fundamentais nas ações de segurança pública;

IV - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

O Eixo "Desenvolvimento Econômico Sustentável" apresenta as diretrizes para que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte possa implementar ações que assegurem bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça social à população, a partir do fomento à economia por meio do incentivo à indústria, às energias renováveis, ao comércio e serviços, ao turismo, à ciência, à tecnologia, à inovação e ao desenvolvimento agrário e rural.

Nossas diretrizes objetivam a valorização das potencialidades econômicas locais e a melhoria da vida das pessoas que vivem em terra potiguar. Acreditamos que esses novos investimentos proporcionarão desenvolvimento econômico sustentável para, consequentemente, combater a pobreza e a fome, por meio da geração de emprego e renda.

Neste eixo, temos como premissas os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para a Agenda 2030 no Brasil, notadamente os relacionados à fome zero e à agricultura sustentável, à igualdade de gênero, à energia limpa e renovável, à trabalho decente e crescimento.

Após organizarmos as finanças públicas, propomos uma agenda desenvolvimentista. Em parceria com o Governo Federal, os Municípios, a iniciativa privada, a sociedade civil, e demais forças produtivas, trabalharemos com a esperança de erradicar a pobreza e promover vida digna para todas e todos que vivem no Rio Grande do Norte.

DIRETRIZES:

- Avançar no projeto de atração de novos investimentos para o RN, que possibilitem o aumento da produtividade das economias, através da diversificação, modernização tecnológica e inovação;
- Ampliar o apoio aos projetos voltados ao desenvolvimento das atividades das micro, pequenas e médias empresas, do cooperativismo e dos empreendedores individuais, inclusive por meio do acesso ao crédito;
- Ampliar a promoção de projetos criativos e inovadores de políticas de mercado para o setor cultural,



com potencial de geração de emprego e renda, por meio da arte, cultura e economia criativa;

- Fortalecer o programa RN Cresce +, com apoio público e privado, com objetivo de geração de mais empregos, trabalho, e um ambiente oportuno à realização de negócios no Rio Grande do Norte;
- Priorizar ações e projetos, com parceria pública ou privada, para a promoção de emprego para as mulheres e os jovens do RN;
- Fortalecer a política direcionada ao turismo, com foco na promoção da sustentabilidade, geração de empregos e oferta de produtos e serviços locais;
- Ampliar e fortalecer as políticas voltadas para a interiorização do turismo;
- Fomentar e fortalecer o fluxo turístico nos Roteiros integrados (municipais, regionais e interestaduais);
- Consolidar o Turismo Responsável e o Turismo de Base Comunitária, por meio da produção associada ao turismo em parceria com outros órgãos competentes;
- Ampliar a parceria com o Sistema S, com a iniciativa privada e o Poder Público, tendo por objetivo
 a capacitação da mão de obra formal e informal do segmento, a melhoria da competitividade,
 produtividade e gestão das empresas da cadeia produtiva;
- Estimular e fortalecer os diferentes nichos turísticos (turismo ecológico, o turismo cultural, o turismo gastronômico, o turismo de saúde, o turismo religioso, etc) por meio da promoção segmentada;
- Fortalecer e ampliar as políticas públicas de regionalização do turismo, com a participação dos Municípios, do setor privado e da sociedade, consolidando e fortalecendo as Instâncias de Governança Regionais (IGRs) dos polos turísticos;
- Ampliar e modernizar a infraestrutura turística no Rio Grande do Norte, tendo como foco a geração de emprego e renda, em conjunto com a criação de novos produtos, serviços e roteiros turísticos, notadamente integrados no Geoparque Seridó;
- Fortalecer e ampliar as estratégias de desenvolvimento regionalizado, como instrumento de promoção do desenvolvimento local, a partir da potencialização das vocações econômicas regionais, objetivando a criação de um ambiente favorável aos negócios;
- Ampliar e fortalecer a atuação no Projeto Algodão Agroecológico Potiguar;
- Fortalecer a agricultura familiar, a assistência técnica pesqueira e aquícola do Estado do RN;



- Estimular programas de inovação tecnológica voltados para a agricultura, possibilitando mais infraestrutura e dinâmica econômica;
- Intensificar a regulamentação de pequenas agroindústrias de produtos de origem animal: queijos, linguiças, carnes e aves;
- Ampliar a entrega de selos Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI) e Selo ARTE para os produtos potiguares, permitindo novos mercados e ampliação da produção;
- Incentivar e ampliar o mercado de pesca artesanal, da maricultura, da aquaponia, da ostreicultura, da aquicultura familiar, da carcinicultura do RN;
- Ampliar o uso de ciência, tecnologia e informação que favoreçam a agroecologia, a produção de alimentos saudáveis e a valorização dos produtos da sociobiodiversidade;
- Aperfeiçoar os programas voltados às boas práticas de manejo, de saúde e sustentabilidade nas fazendas de camarão;
- Fortalecer a infraestrutura de reaproveitamento de águas, de barragens submersas ou passagens molhadas no Estado;
- Fortalecer o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/ RN), apoiando os entes públicos, privados e da sociedade civil do ecossistema de inovação;
- Fomentar, em parceria com o Governo Federal, os Municípios e a iniciativa privada, os programas de desenvolvimento da exploração e produção de petróleo e gás natural em águas profundas e ultraprofundas na costa potiguar;
- Estimular projetos que viabilizem a ampliação da produção de energias limpas, das atividades de refino de petróleo e processamento de gás no Estado;
- Apoiar a diversificação da matriz energética do estado, com foco no desenvolvimento dos setores energéticos (petróleo, gás natural, eólica, solar, hidrogênio, biomassa, hídrica, biogás e biocombustíveis);
- Estimular os projetos de desenvolvimento da infraestrutura de energia elétrica, do mercado de hidrogênio verde, da geração e fonte de energia renovável e armazenamento de energia no Estado do Rio Grande do Norte.



